

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2011

1. BALANÇOS PATRIMONIAIS
2. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO
5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
6. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
7. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
8. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

ATIVO	NOTAS	2011	2010 (Reapresentado)
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalente de caixa	4	94.928	68.189
Clientes	5	370.515	317.706
Tributos e contribuições sociais	6	28.795	25.788
Almoxarifado	7	13.011	12.140
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	8	2.917.335	1.613.228
Despesas pagas antecipadamente		2.034	1.715
Outros	9	141.749	41.356
		3.568.367	2.080.122
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Partes relacionadas	43.a	5	64
Tributos e contribuições sociais	6	1.383.426	1.135.138
Cauções e depósitos vinculados	10	139.604	70.582
Ativo financeiro - concessões de serviço público	12	1.476.138	1.253.386
Outros	9	12.871	12.874
		3.012.044	2.472.044
INVESTIMENTOS	11	7.670	7.670
IMOBILIZADO	13	1.310.156	1.351.544
INTANGÍVEL	14	631.111	680.785
		4.960.981	4.512.043
TOTAL DO ATIVO		8.529.348	6.592.165

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)
(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	NOTAS	2011	2010 (Reapresentado)
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	17	2.768.156	2.086.764
Adiantamentos de fornecedores - CCC	8	1.236.077	-
Financiamentos e empréstimos	18	102.072	85.524
Arrendamento mercantil	19	142.997	120.485
Encargos setoriais	20	42.012	12.411
Pesquisa e desenvolvimento	21	8.880	9.397
Tributos e contribuições sociais	22	68.043	72.906
Obrigações estimadas	23	21.491	20.515
Parcelamentos com fornecedores	24	54.813	73.842
Obrigações com coligadas/controladas/controladoras	25	64.554	15.000
Outros	26	59.510	52.157
		4.568.605	2.549.001
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Financiamentos e empréstimos	18	452.759	413.546
Arrendamento mercantil	19	1.775.544	1.733.204
Provisões para contingências	27	171.141	110.483
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	28	1.401.167	1.020.252
Parcelamentos com fornecedores	24	48.038	88.620
Adiantamento para futuro aumento de capital	29	63.919	57.266
Pesquisa e desenvolvimento	21	35.064	25.030
Obrigações com contrato de concessão	15.c	300.106	255.511
		4.247.738	3.703.912
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>			
Capital social	31	4.330.917	4.330.917
Ajuste de avaliação patrimonial	42	(1.647)	(884)
Prejuízos acumulados		(4.616.265)	(3.990.781)
		(286.995)	339.252
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
		8.529.348	6.592.165

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2011	2010 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	1.611.672	1.519.894
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica	33	(179.302)	(361.599)
Energia elétrica comprada para revenda		(179.302)	(361.599)
Custo de Operação		(680.905)	(608.165)
Pessoal, material e serviços de terceiros	34	(412.850)	(386.393)
Depreciação e amortização		(125.693)	(119.007)
Utilização de recursos hídricos		(6.173)	(3.918)
Combustível para produção de energia elétrica		(2.485.416)	(2.210.254)
Recuperação de despesas - CCC		2.711.979	2.317.455
Outros	35	(362.752)	(206.048)
Custo de construção		(462.252)	(438.593)
LUCRO BRUTO		289.213	111.537
DESPESAS OPERACIONAIS	36	(431.650)	(1.016.540)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(142.437)	(905.003)
RESULTADO FINANCEIRO	37	(483.047)	(448.280)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(625.484)	(1.353.283)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	2011	2010 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício		<u>(625.484)</u>	<u>(1.353.283)</u>
Perda atuarial com benefícios pós emprego	42	(763)	(374)
Total do resultado abrangente do exercício		<u><u>(626.247)</u></u>	<u><u>(1.353.657)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2009	<u>2.381.558</u>	<u>(510)</u>	<u>(2.637.498)</u>	<u>(256.450)</u>
Resultado abrangente - Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	-	(374)	-	(374)
Integralização de capital social	1.949.359	-	-	1.949.359
Prejuízo do exercício, originalmente apresentado	-	-	(1.314.626)	(1.314.626)
Ajuste no resultado originalmente apresentado (Nota 3.28)			(38.657)	(38.657)
Prejuízo do exercício, reapresentado			(1.353.283)	(1.353.283)
Em 31 de dezembro de 2010, reapresentado	<u>4.330.917</u>	<u>(884)</u>	<u>(3.990.781)</u>	<u>339.252</u>
Resultado abrangente - Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	-	(763)	-	(763)
Prejuízo do exercício	-	-	(625.484)	(625.484)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.330.917</u>	<u>(1.647)</u>	<u>(4.616.265)</u>	<u>(286.995)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	2011	2010 (Reapresentado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(625.484)	(1.353.283)
Ajustes p/ reconciliar o prejuízo com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação e amortização	132.404	124.403
Encargos financeiros	48.508	88.575
Encargos financeiros do arrendamento financeiro	350.861	371.106
AVP - Avaliação atuarial	(763)	(374)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	43.853	4.274
Constituição de provisão para contingências	52.939	7.892
Baixa de ativo financeiro concessão	42.038	12.032
Baixa de ativo intangível	23.983	11.730
Baixa de ativo imobilizado	31	429
Baixa de créditos tributários prescritos	-	468.833
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	69.546	243.910
	137.916	(20.473)
Variações no Ativo Circulante		
Clientes	(96.662)	(53.650)
Almoxarifado	(871)	18.911
Despesas pagas antecipadamente	(319)	(855)
Tributos e contribuições sociais	(3.007)	(14.735)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	(1.304.107)	(1.153.664)
Outros	(100.393)	(11.250)
	(1.505.359)	(1.215.243)
Variações no Ativo Não Circulante		
Tributos e contribuições sociais	(248.288)	(285.380)
Partes relacionadas	59	159
Ativo financeiro - concessão	(388.603)	(360.664)
Outros	3	553
	(636.829)	(645.332)
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	681.392	1.172.050
Adiantamento de fornecedores	1.236.077	-
Arrendamento mercantil	22.512	11.658
Tributos e contribuições sociais	(4.863)	13.230
Encargos setoriais	29.601	10.922
Pesquisa e desenvolvimento	(517)	5.327
Obrigações estimadas	976	4.608
Parcelamentos	(19.029)	5.393
Outros	56.907	43.120
	2.003.056	1.266.308
Variações no Passivo Não Circulante		
Conta de consumo de combustíveis - CCC	380.915	581.717
Arrendamento mercantil	(308.521)	(277.350)
Benefício pós - emprego	-	(126)
Provisões para contingências	7.719	6.397
Parcelamentos	(40.582)	(60.684)
Obrigações especiais - ativo financeiro concessão	123.813	93.439
Obrigações especiais - ativo intangível	19.002	17.848
Pesquisa e desenvolvimento	10.034	4.798
	192.380	366.039
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Pagamento de encargos financeiros	(35.700)	(28.673)
Depósitos judiciais	(69.022)	(38.432)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	86.442	(315.806)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(28.297)	(39.198)
Aquisição de ativo intangível	(7.128)	(19.891)
Aquisição de ativo intangível - concessão	(73.884)	(91.221)
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(109.309)	(150.310)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de recursos destinados a aumento de capital	-	375.562
Empréstimos e financiamentos obtidos	71.129	133.100
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(21.523)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	49.606	508.662
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.739	42.546
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.189	25.643
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	94.928	68.189

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	NOTAS	2011	2010 (Reapresentado)
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		2.182.697	2.067.217
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	32	2.175.181	2.062.298
Outras Receitas		7.516	4.919
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(897.317)	(1.841.497)
Custo da energia elétrica comprada		(179.302)	(361.599)
Serviços de terceiros		(247.980)	(237.066)
Material		(62.051)	(70.559)
Combustíveis p/produção de energia elétrica		195.851	76.357
Custo de construção		(462.252)	(438.593)
Provisão para perda com prescrição de créditos tributários		-	(201.343)
Outros		(72.037)	(97.294)
Provisão para desvalorização de ativos (impairment)		(69.546)	(243.910)
Provisão para desvalorização de créditos prescritos		-	(267.490)
VALOR ADICIONADO BRUTO		1.285.380	225.720
RETENÇÕES		(229.196)	(136.569)
Depreciação e amortização		(132.404)	(124.403)
Reversão de provisões		(96.792)	(12.166)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.056.184	89.151
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		137.925	191.887
Receitas financeiras		137.925	191.887
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.194.109	281.038
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Remuneração do trabalho		242.303	226.995
Governos (Impostos e contribuições)		515.807	505.444
Contribuições Sociais INSS e FGTS		67.023	60.266
ICMS		295.772	288.339
COFINS e PIS/PASEP		153.012	156.839
Financiadores		946.758	804.656
Encargos de dívidas, variação monetária e outros		620.973	640.167
Aluguéis		325.785	164.489
Encargos setoriais		114.725	97.226
PREJÚIZO DO EXERCÍCIO		(625.484)	(1.353.283)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		1.194.109	281.038

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – (“Amazonas Energia” ou “Companhia”) é uma companhia de capital fechado, de direito privado, com atuação no Estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 2.214, Cachoeirinha – Manaus – Amazonas.

A Amazonas Energia, tem geração própria (1.759,7 MW) e complementa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. Com a incorporação da Companhia Energética do Amazonas – (CEAM) pela Amazonas Energia o parque gerador foi acrescido de 97 (noventa e sete) usinas térmicas isoladas próprias e mais 3 (três) usinas supridas por terceiros. A Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE supre o município de Guajará. O município de Itacoatiara, apesar de possuir parque térmico próprio, completa sua necessidade comprando energia da Hermosa Navegação da Amazônia S.A. (Autoprodutor) e BK Energia Itacoatiara Ltda. (Produtor Independente). Esse complexo é composto, quase todo, por usinas térmicas a diesel.

A Amazonas Energia com o intuito de manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mantém contrato com diversas empresas, alocando grupos geradores operantes nas usinas do interior de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral.

A partir do exercício de 2011, as usinas dos Produtores Independentes (PIE’s) passaram a utilizar o gás natural do contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e a CIGÁS. Como esse gás natural é faturado para a Companhia, os PIE’s não possuem nenhum custo com gás a ser repassado para a Amazonas Energia, repassando apenas os custos com óleo combustível, visto que as usinas dos PIE’s mesmo convertidas precisam de uma quantidade mínima de óleo combustível para operação devido à tecnologia utilizada para conversão das usinas para operação bi-combustível. Os gastos com a conversão das usinas dos PIES para operação bicombustível estão previstos em cláusula contratual.

NOTA 02 – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao órgão regulador do serviço público de energia elétrica:



Eletrobras
Amazonas Energia
CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Concessões Autorizações	Ato autorizativo	Vencimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada (MW) (*)
UHE Balbina (Rio Uatumã)	Portaria do MME nº. 371, datada de 28.12.2007, prorrogada por vinte anos a concessão, a partir de 1º. de março de 2007	01.03.2027	277,5	250,0
UTE Aparecida	Bloco 1 Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	130,4	90,4
	Bloco 2		121,0	84,3
UTE Mauá	Bloco 1 Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	149,5	99,9
	Bloco 2		50,4	0,0
	Bloco 3		135,0	110,0
	Bloco 4		171,5	124,0
Reagrupamento com 61 municípios para distribuir Energia Elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio.	Resolução ANEEL n.º 048, de 02.02.2001, art. 22 da Lei 9.074, de 07.07.1995, Portaria n.º 35, de 20.02.2001. Res. Autorizativa ANEEL n.º 1.304, de 18.03.2008, em seu art. 1, anuí à incorporação da CEAM pela MESA, com transferência das concessões de geração e distribuição e versão dos ativos e passivos. Ofício nº 1.573 - SCG/ANEEL.	07.07.2015	393,0	298,0
Distribuição Município de Manaus	Resolução ANEEL n.º 283, de 26.07.2000, e Resolução ANEEL n.º 53, de 08.02.2001, Contrato de Concessão n.º 20/2001 ANEEL, de 21.03.2001, e o seu Termo Aditivo de 17.10.2005, Portaria n.º 34 MME, de 20.02.2001, art. 22, § 2º da Lei n.º 9.074, de 07.07.95.	07.07.2015	-	-
UTE FLORES	Despacho ANEEL nº 3.209, de 25.08.2009, autoriza a Manaus Energia a alterar a capacidade instalada da UTE Flores	07.07.2015	124,7	80,0
UTE Cidade Nova	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	29,6	20,0
UTE Iranduba **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	54,7	50,0
UTE Distrito **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	49,0	36,0
UTE São José	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	73,4	50,0
Total			1.759,7	1.292,6

(*) Informações não auditadas

(**) Utilização de parte da outorga da UTE Mauá

A Amazonas Energia detém a concessão, com vencimentos em 07 de julho de 2015 e 01 de março de 2027, respectivamente, para distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Amazonas, atendendo a 100% dos consumidores da sua área de concessão. A Companhia não atende consumidores livres no Estado, por atuar num sistema isolado.

No quadro a seguir está demonstrado o resumo da quantidade de municípios atendidos, bem como as datas de vigência do contrato de concessão:

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Nº de Municípios Atendidos	Localidade da Sede	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
01 - Município de Manaus/Amazonas	Manaus	21.03.2001	07.07.2015
61 - municípios reagrupados para distribuição de energia elétrica/Amazonas	Manaus	11.04.2008	07.07.2015

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2012.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis –(CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – (IASB).

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e o valor justo, quando aplicável. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de curtos prazos (Nota 04).

3.2 Clientes

Corresponde ao fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência (Nota 05.a).

3.2.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. As análises da PCLD dos contratos de parcelamentos são feitas individualmente, sendo o valor negociado excluído da provisão após o pagamento da terceira parcela (Nota 05.c).

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 07).

3.4 Investimentos

Os investimentos que não se destinam ao objetivo da concessão estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável (Nota 11).

3.5 Ativo Financeiro – Concessões de Serviço Público

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (Nota 12).

Parte da infra-estrutura referente ao segmento de distribuição de energia, não aplicável à geração, classificada como ativo financeiro sendo remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa de energia dos consumidores.

3.6 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (Nota 13).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01-Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado correspondem a todos os bens que não são utilizados na atividade fim da Companhia, incluindo-se também neste grupo as operações com



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

arrendamento mercantil. Demais ativos vinculados a concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros Indenizáveis (Concessão) e Intangíveis.

3.7 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553, de 12 de novembro de 2008, 611, de 22 de dezembro de 2009 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 14).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível é apropriada de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.8 Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução de ativo não financeiro, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (Nota 15).

3.9 Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (Leasing) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 19).

3.10 Cauções e Depósitos Vinculados

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. São avaliados de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e estão apresentados segundo o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Nota 10).

a) Avaliação: atendem a definição de ativo financeiro (direito contratual de receber caixa), são classificados na categoria empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado, isto é, atualizados monetariamente, segundo remuneração da Caixa Econômica Federal (TR, SELIC, etc.)

b) Apresentação: os depósitos judiciais decorrentes de processos tributários, efetuados pelo valor integral da obrigação/contingência, tornam a exigibilidade do crédito tributário suspensa. Nessas circunstâncias, esses depósitos são apresentados reduzindo o valor do passivo correspondente, e os valores atualizados são abertos em nota explicativa. Para os demais tipos processuais de depósitos, são analisadas as peculiaridades de cada caso para eventual apresentação líquida.

3.11 Financiamentos e Empréstimos

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, registrados pelo valor líquido dos custos incorridos nas transações e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ou seja, custo inicial, acrescido das variações monetárias ou cambiais e dos juros incorridos até a data do balanço patrimonial, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos (Nota 18).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.12 Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes (Notas 09 e 26).

3.13 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.14 Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e operações com instrumentos financeiros (Nota 37).

3.15 Provisões para Contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota 27).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.16 Conversão de Saldos Denominados em Moeda Estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (R\$ - Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.17 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (Nota 38).

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro – concessões de serviço público. São classificados como empréstimos e recebíveis e valor justo por meio do resultado, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, arrendamento mercantil a pagar e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.18 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor.

b) Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão (Nota 32).

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) A atividade fim da Companhia é a geração e distribuição de energia elétrica;
- (ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a geração e distribuição de energia elétrica.
- (iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, o valor da totalidade das adições efetuadas no ativo intangível em curso é transferido para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada e aplicável a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

A receita financeira decorrente da remuneração do investimento do ativo financeiro indenizável da concessão é obtida pela aplicação do percentual do denominado WACC regulatório sobre o total do faturamento de energia, reconhecida como receita operacional, em linha com o OCPC 05.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.19 Benefício Pós - Emprego

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizados pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (Nota 42).

O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido sob administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, sem fins lucrativos, instituída pela Eletronorte. A Amazonas Energia é co-patrocinadora da mesma.

Os ganhos e perdas gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais com os planos de benefícios são reconhecidos como outros resultados abrangentes.

3.20 Tributação

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.21 Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.22 Encargos Setoriais

a) Reserva Global de Reversão (RGR) – é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual (Nota 20).

b) Conta de Consumo de Combustível (CCC) – é a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (Nota 20).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.23 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas distribuidoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Recita Operacional Líquida – ROL, sendo 0,5% em programas de pesquisa e desenvolvimento, 0,5% em programas de eficiência energética e 0,3% para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perdas de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (Nota 21).

3.24 Compromissos com o Meio Ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC – 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes), em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.25 Conta de Consumo de Combustível - CCC

Esta Subvenção tem por objetivo cobrir parte dos elevados custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, cujos recursos são provenientes da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Corresponde a uma receita de subvenção recebida referente a parte dos custos de geração pago por conta da CCC (Notas 08 e 28).

3.26 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor em uso e o saldo contábil. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

c) Ativo financeiro - concessões de serviço público

A Administração da Companhia, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, as quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual contábil) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Para fins de determinação do valor a ser ressarcido, foi adotada a premissa de que o valor residual contábil dos bens serão reembolsados.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

3.27 Novos Pronunciamentos Contábeis

3.27.1 Pronunciamentos Técnicos revisados pelo CPC em 2011

Alguns procedimentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011. Tais procedimentos não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, visto que, os requerimentos estabelecidos pelas normas e interpretações já vêm sendo adotados pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras.

3.27.2 Pronunciamentos emitidos pelo IASB ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis (as normas estão apresentadas com sua codificação IFRS, pois ainda não existem Pronunciamentos do CPC correspondentes), cuja adoção obrigatória deverá ser feita para os próximos exercícios sociais:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – O IFRS 9 estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros.

IFRS 12 Divulgação de participação em outras entidades - O IFRS 12 determina as exigências de divulgação para controladas, controladas em conjunto e/ou empreendimentos conjuntos, coligadas e sociedades de propósito específico. O IFRS 12 substitui requerimentos previamente incluídos nos IAS 27 (CPC 35), IAS 31 (CPC 19) e IAS 28 (CPC 18).

IFRS 13 – Mensuração a valor justo - emitida em maio de 2011 o IFRS 13 define o conceito do valor justo e estabelece em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo, reduzindo a complexidade, aperfeiçoando a consistência de sua aplicação e aprimorando a comparabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras.

IAS 12 – Tributos diferidos: realização de ativos correspondentes - emitida em dezembro de 2010, a revisão do IAS 12 aborda aspectos relacionados à determinação da maneira esperada de recuperação do imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade para investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40 – Propriedades para investimento.

IAS 19 – Benefícios a empregados - emitida em junho de 2011, a revisão da norma elimina a abordagem do "corredor" que permite o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. De acordo com o IAS 19 revisado, os ganhos ou perdas atuariais do passivo atuarial deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes. As alterações do pronunciamento são aplicáveis aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013.

IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes - emitida em junho de 2011, a revisão do IAS 1 abordou aspectos relativos à divulgação de itens de outros



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

resultados abrangentes e estabeleceu a necessidade de segregar os itens que não podem ser potencialmente reclassificáveis para o resultado e os que podem vir a ser reclassificados para o resultado, quando determinadas condições forem cumpridas. As alterações da norma são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01.01.2013.

A Companhia está analisando os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras, enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis brasileiro. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações realizadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), é esperado que esses pronunciamentos, alterações e interpretações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3.28 Reapresentação das Cifras Comparativas

a) Correção de erro

Em 2011, foram identificados ajustes do exercício de 2010, relacionados à retificação de erros no cálculo do arrendamento financeiro, no montante de R\$ 38.657 referentes ao ano de 2010. A referida correção afetou o passivo não circulante, patrimônio líquido e resultado de 31 de dezembro de 2010 nesse mesmo valor.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas em relação à correção de erro mencionada e estão sendo reapresentadas.

b) Reclassificações

No exercício de 2011 foram reclassificadas entre rubricas dos próprios grupos, para fins de uma melhor consolidação de informações, conforme descrição abaixo:

b.1) No Balanço Patrimonial:

- Devedores diversos foi reclassificado para a rubrica Outros;
- Folha de pagamento foi reclassificada para a rubrica Outros;
- Pesquisa e Desenvolvimento – no exercício de 2010 estava na composição do saldo de Outros e no exercício de 2011 foi destacado numa rubrica específica.

b.2) No Resultado do Exercício:

- Utilização de Recursos Hídricos foi reclassificado de Outras Receitas (Despesas) Operacionais para Custo de Operação;
- Multas ANEEL foi reclassificado do Resultado Financeiros para Despesas Operacionais (Despesas Gerais e Administrativas);



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- Recuperação de Despesas Diversas por ser substancialmente formada por recuperações de despesas com consumo próprio de energia, foi reclassificado para a rubrica de Combustível para Produção de Energia Elétrica;
- Ajustes decorrentes da aplicação do IFRIC 12/ICPC 01 referem-se aos valores de gastos administrativos e custos indiretos e foram reclassificados para Despesas Operacionais (Despesas Gerais e Administrativas).

Os efeitos das correções e reclassificações estão demonstrados a seguir:

	31.12.2010			31.12.2010
	ORIGINAL	AJUSTE	RECLASSIFICAÇÃO	REAPRESENTADO
Ativo				
Circulante				-
Devedores diversos	40.614		(40.614)	-
Outros créditos	742		40.614	41.356
Outros circulantes não afetados	2.038.766			2.038.766
	2.080.122	-	-	2.080.122
Não Circulante				
Devedores diversos	3.804		(3.804)	-
Outros créditos	9.070		3.804	12.874
Outros não circulantes não afetados	4.499.169			4.499.169
	4.512.043	-	-	4.512.043
Total do Ativo	6.592.165	-	-	6.592.165
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Folha de pagamento	7.184		(7.184)	-
Pesquisa e desenvolvimento	-		9.397	9.397
Outras obrigações	69.370		(2.213)	67.157
Outros circulantes não afetados	2.472.447			2.472.447
	2.549.001	-	-	2.549.001
Não Circulante				
Arrendamento financeiro a pagar	1.694.547	38.657		1.733.204
Outros não circulantes não afetados	1.970.708	-		1.970.708
	3.665.255	38.657	-	3.703.912
Patrimônio Líquido	377.909	(38.657)		339.252
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	6.592.165	-	-	6.592.165



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2010 ORIGINAL	AJUSTE	RECLASSIFICAÇÃO	31.12.2010 REAPRESENTADO
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.519.894			1.519.894
CUSTO OPERACIONAL				
Custo com Energia Elétrica	(361.599)	-	-	(361.599)
Energia elétrica comprada para revenda	(361.599)			(361.599)
Custo de Operação	(620.271)	-	12.106	(608.165)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(386.393)			(386.393)
Depreciação e amortização	(119.007)			(119.007)
Utilização de recursos hídricos	-		(3.918)	(3.918)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.241.098)		30.844	(2.210.254)
Recuperação de despesas - compra combustível CCC	2.317.455	-		2.317.455
Outros	(191.228)		(14.820)	(206.048)
Custo de construção	(438.593)	-	-	(438.593)
LUCRO BRUTO	99.431	-	12.106	111.537
DESPEAS OPERACIONAIS	(975.735)	-	(40.805)	(1.016.540)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(876.304)	-	(28.699)	(905.003)
RESULTADO FINANCEIRO	(438.322)	(38.657)	28.699	(448.280)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.314.626)	(38.657)	-	(1.353.283)

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Caixa	7	-
Contas Bancárias à Vista	43.906	58.965
Fundos de Caixa	42	49
Numerário em Trânsito	271	1.096
Aplicações no Mercado Aberto	50.702	8.079
Total	94.928	68.189

A Amazonas Energia aplica suas disponibilidades no tipo de aplicação denominado "Extra-Mercado".

Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, o qual tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas (a qual é obtida através da quantidade de quotas x valor das quotas), através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

O aumento nesta rubrica foi decorrente, principalmente, do ingresso de R\$ 35.205, em dezembro/2011, registrado como Aplicações no Mercado Aberto, com a finalidade de aplicações de recursos para investimentos.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 05 – CLIENTES

a) Composição dos Créditos

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:

CIRCULANTE	VINCENDOS	31.12.2011 VENCIDOS		TOTAL	31.12.2010 TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
CONSUMIDORES					
. Residencial	73.888	31.934	15.819	121.641	100.822
. Industrial	49.096	14.397	82.424	145.917	117.252
. Comércio, serviços e outras atividades	46.024	12.407	19.950	78.381	62.058
. Rural	2.220	1.151	1.165	4.536	3.255
. Poder Público					
. Federal	4.836	1.084	1.072	6.992	8.288
. Estadual	17.816	7.008	6.948	31.772	26.031
. Municipal	8.347	6.905	16.298	31.550	21.879
. Iluminação Pública	3.389	1.519	1.114	6.022	3.851
. Serviço Público	14.504	921	19.982	35.407	34.884
Subtotal	220.120	77.326	164.772	462.218	378.320
Parcelamentos (b)	101.407	-	557	101.964	101.199
Subtotal	321.527	77.326	165.329	564.182	479.519
(-) PCLD (c)	-	-	(193.667)	(193.667)	(161.813)
Total	321.527	77.326	(28.338)	370.515	317.706

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 121 dias.

b) Parcelamentos

Representa os valores resultantes das operações de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia, conforme demonstrado a seguir:

CIRCULANTE	VINCENDOS	31.12.2011 VENCIDOS		TOTAL	31.12.2010 TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
PARCELAMENTOS					
. Residencial	34.074	-	557	34.631	27.390
. Industrial	8.607	-	-	8.607	6.294
. Comércio, serviços e outras atividades	22.480	-	-	22.480	18.943
. Rural	441	-	-	441	191
. Poder Público	28.985	-	-	28.985	32.431
. Serviço Público	6.803	-	-	6.803	15.941
. Outros	17	-	-	17	9
Total	101.407	-	557	101.964	101.199

As análises sobre os contratos de parcelamentos são feitas individualmente e o valor negociado é excluído da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), após o pagamento da terceira parcela.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A PCLD é constituída de acordo com procedimentos e análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

receber, com base em critérios definidos pela Administração da Companhia. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se os seguintes critérios: a) contas vencidas há mais de 90 dias, para os consumidores da classe residencial; b) contas vencidas há mais de 180 dias, para os consumidores da classe comercial; c) contas vencidas há mais de 360 dias, para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública; e d) análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos entre 30 e 360 dias, incluindo todas as classes de consumo, inclusive sendo provisionados aqueles onde não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O demonstrativo da provisão por classe de consumidores encontra-se discriminado abaixo:

CLASSE	31.12.2011	31.12.2010
CONSUMIDORES		
. Residencial	(16.715)	(16.134)
. Comercial	(21.649)	(18.903)
. Industrial	(96.312)	(78.900)
. Poder Público	(32.842)	(28.548)
. Serviço Público	(18.423)	(15.945)
. Rural	(310)	(195)
. Iluminação Pública	(970)	(835)
. Parcelamentos	(3.576)	-
. Outros Devedores	(2.870)	(2.353)
Total	(193.667)	(161.813)

A movimentação da PCLD está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	161.813	279.831
Adições	83.460	45.804
Reversão	(39.607)	(41.530)
Baixas	(11.409)	(119.832)
Recuperação de faturas baixadas anteriormente para perdas	(590)	(2.460)
Saldo final	193.667	161.813

Os valores reconhecidos como PCLD são baixados como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 06 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2011		31.12.2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
ICMS sobre Aquisição de Insumos (a)	-	48.241	-	235.893
ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 (b)	-	1.159.875	-	790.664
COFINS - Lei nº 10.833/2003 (c)	-	324.564	-	282.524
PIS/PASEP - Lei nº 10.833/2003 (c)	-	70.464	-	61.335
ICMS sobre Bens do Ativo Fixo	-	46.261	-	32.898
Ajuste a Valor Presente	-	(1.556)	-	(1.556)
Impairment - tributos federais (d)	-	(267.490)	-	(267.490)
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	-	2.376	-	770
Contribuição Social s/ Lucro Líquido a Recuperar	-	691	-	100
Ajuste a Valor Presente	(245)	-	(245)	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	8.645	-	8.645	-
PIS/PASEP a Recuperar	2.230	-	2.131	-
COFINS a Recuperar	10.366	-	9.907	-
COFINS Pagamento a Maior	5.169	-	3.398	-
PIS/PASEP - Pagamento a Maior	1.581	-	1.196	-
Outros	1.049	-	756	-
Total	28.795	1.383.426	25.788	1.135.138

- a) O montante de ICMS a Recuperar sobre aquisição de insumos é proveniente da compra de combustível para produção de energia elétrica e da compra de energia elétrica para revenda.
- b) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Portanto, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC – ISOL – Lei nº 12.111/09. Entretanto, a referida Lei, cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado. Dessa forma, foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não Circulante, cujo montante é de R\$ 1.159.875. O aumento do montante de ICMS deve-se ao fato do acúmulo de créditos nesta rubrica, tendo em vista que os mesmos ainda não estão sendo compensados.
- c) Em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme o disposto no item nº. 22 do Ofício Circular nº. 2.775/2008 – SFF/ANEEL, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar os créditos extemporâneos de PIS/PASEP e da COFINS, decorrente da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal (SRF) na Solução de Consulta COSIT nº. 27/2008, a serem compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo. Dessa forma, a Amazonas Energia procedeu à apuração dos créditos de PIS/PASEP e da COFINS, e a partir do momento que houver a desverticalização e conseqüente entrada da Companhia no Sistema Interligado Nacional (SIN), previstos para ocorrer em 2013, os créditos registrados a este título passarão da situação de credor para devedor onde poderão ser utilizados e diluídos.
- d) Com base em estudo técnico realizado pela Companhia foi apurado e provisionado, no exercício de 2010, o montante de R\$ 267.490, correspondente a créditos dos anos de 2006, 2007 e 2008. Conforme o estudo realizado, a Companhia tem previsão de iniciar a utilização desses créditos apenas em 2013. Dessa forma, os créditos relacionados a esses períodos foram objeto de teste de recuperabilidade (Impairment) em atendimento ao CPC 01. Os ajustes foram



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

contabilizados no resultado de 2010. Para o ano de 2011 não foi necessário o registro de Provisão de Impairment sobre estes créditos tributários, uma vez que os testes realizados neste exercício, demonstraram que os créditos serão realizados até o término da concessão.

NOTA 07 – ALMOXARIFADO

Os materiais em estoque são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. No quadro abaixo está apresentada a composição:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Almoxarifado	4.937	2.831
Material em Poder de Terceiros	708	683
Material Destinado à Alienação	5.715	6.836
Adiantamento a Fornecedores	1.651	1.790
Total	13.011	12.140

Os estoques da Companhia estão registrados pelo seu custo médio, líquidos de provisão para obsolescência ou perda quando aplicável.

NOTA 08 – CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC

A Companhia detém crédito junto à CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
1 - Saldo anterior	1.613.228	459.564
2 - Custo da geração própria	3.720.579	3.245.546
3 - Custo Energia Comprada (com ICMS) (a)	595.435	789.950
4 - Custo total	4.316.014	4.035.496
5 - (-) Custo do ACR *	(1.232.665)	(1.155.975)
6 - Valor a receber da Lei 12.111/09 (4 + 5) (b)	3.083.349	2.879.521
7 - (-) Valor recebido da CCC - ISOL	(1.857.827)	(1.826.196)
8 - Atualização monetária	78.585	100.339
9 - Conta de Consumo de Combustíveis - CCC (1 + 6 + 7 + 8)	2.917.335	1.613.228
10 - Adiantamentos de fornecedores - CCC (c)	(1.236.077)	-
Diferença a receber da CCC - ISOL (9 + 10)	1.681.258	1.613.228

*ACR – Ambiente de Contratação Regulada

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

Ressalta-se que a Lei nº 12.111/09 traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional – (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

Com o advento do leilão de interligação com o SIN, a Companhia foi autorizada pela Portaria nº 083/2008 do Ministério de Minas e Energia – (MME), a adquirir energia no Ambiente de Contratação Regulada – (ACR).

O custo total de geração nos sistemas isolados (mesmo depois da interligação, em relação aos contratos de energia então existentes) será coberto integralmente pela CCC, no que exceder o custo médio do ACR /SIN. No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

- I - à contratação de energia e de potência associada;
- II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - à aquisição de combustíveis;
- IV - aos encargos e impostos; e
- V - aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

Desse modo, o consumidor local paga tarifariamente o custo médio do ACR/SIN, até o montante regulatório de energia. Por sua vez, a CCC reembolsará o valor que exceder o custo médio do ACR/SIN até o limite do custo total de geração expressamente definido na Lei/Decreto.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL e a gestão dos recursos da CCC fica a cargo da Eletrobras, que elabora o planejamento do exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Planejamento Energético – (EPE) e leva para homologação da ANEEL o valor do rateio para os agentes envolvidos no processo.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

- a) Referem-se a valores que englobam o total faturado com a contratação de energia, potência associada e tributos não compensáveis e compensáveis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Destacamos que na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o custo com energia comprada contempla apenas a contratação de energia e a parcela de tributos não compensáveis.

b) O montante de R\$ 3.083.349, refere-se a valores de recuperação de custos de geração no total de R\$ 2.711.979 (vide DRE) somado ao valor de R\$ 371.369 de tributos compensáveis.

c) Referem-se a valores recebidos da CCC a título de adiantamentos.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os diversos créditos classificados no Ativo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:

DESCRIÇÃO	31.12.2011		31.12.2010	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Empregados	5.566	-	5.152	-
Arrendamentos e Aluguéis	2.103	-	1.930	-
Adiantamento a Fornecedores	5.015	-	3.257	-
Serviços e Dispêndios a Reembolsar em Curso	28.582	-	12.694	-
Desativações em Curso	53.318	-	13.061	-
Reserva Global de Reversão a Compensar	-	3.799	2.787	3.800
Outros Devedores	1.810	2	1.733	4
Serviços pedidos	622	-	742	-
Outros créditos	44.733	9.070	-	9.070
Total	141.749	12.871	41.356	12.874

O aumento significativo na rubrica de Desativações em Curso foi decorrente da baixa de diversos equipamentos, dos quais se destacam três geradores a gás, sendo um no valor de R\$ 35.747 e dois no valor total de R\$ 12.250, os quais deverão ser alienados nos próximos exercícios, conforme estabelecido no Relatório à Diretoria Executiva nº 024/2011, de 05 de agosto de 2011.

O valor de R\$ 44.733 refere-se ao combustível objeto de reembolso da CCC em poder da Companhia para utilização em seu processo produtivo aplicado em curto prazo.

NOTA 10 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

a) Composição dos saldos de depósitos judiciais:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Trabalhista	55.104	36.248
Cíveis	82.570	32.610
Outras	1.930	1.724
Total	139.604	70.582

Os valores registrados na rubrica Outras referem-se aos depósitos de cauções para garantia de participação da Amazonas Energia no leilão de compra de energia elétrica,



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

proveniente de novos empreendimentos de geração denominado "Leilão A-3", tendo como beneficiária a ANEEL.

b) Movimentação dos saldos:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	70.582	32.150
Adições	67.248	132.589
Baixas	(8.985)	(95.563)
Atualizações monetárias	10.759	1.406
Saldo final	139.604	70.582

O aumento nesta rubrica ocorreu em função do registro de novos valores, sendo os mais significativos: R.L Engenharia e ANEEL com diversos processos.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Terrenos	1.661	1.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	129	129
Participações societárias permanentes	5.880	5.880
Total	7.670	7.670

As participações societárias permanentes estão detalhadas a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Processamento de Dados do Amazonas - PRODAM	1	1
Cia. Saneamento do Amazonas - COSAMA	4	4
Banco Bradesco S/A	1	1
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE	5.872	5.872
Telemar Norte Leste	1	1
Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1	1
Total	5.880	5.880

NOTA 12 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 20/2001, de 21 de março de 2001, e o de nº 001/2010, de 22 de junho de 2010, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. O preço da tarifa da geração é repassado para a distribuição mediante o valor do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro indenizável (Concessão) está assim apresentada:

DESCRIÇÃO	EM SERVIÇO			EM CURSO			Total
	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	
Saldo em 31/12/2009	853.080	(158.704)	694.376	361.945	(66.984)	294.961	989.337
Adições	28.032	(17.282)	10.750	341.489	(76.158)	265.331	276.081
Baixas	(12.032)	-	(12.032)	-	-	-	(12.032)
Saldo em 31/12/2010	869.080	(175.986)	693.094	703.434	(143.142)	560.292	1.253.386
Adições	118.574	(68.193)	50.381	270.029	(55.620)	214.409	264.790
Baixas	(42.038)	-	(42.038)	-	-	-	(42.038)
Saldo em 31/12/2011	945.616	(244.179)	701.437	973.463	(198.762)	774.701	1.476.138

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

NOTA 13 – IMOBILIZADO

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos objeto de arrendamento mercantil financeiro. Segue abaixo as rubricas que compõem este grupo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2011		31.12.2010		% Taxas de depreciação (a.a)
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	
<u>EM SERVIÇO</u>					
Reservatórios, Barragens e Adustras	1.521	(976)	545	605	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	340.887	(273.600)	67.287	82.003	4%
Máquinas e equipamentos	55.980	(30.548)	25.432	22.792	9,8%
Máquinas e equipamentos - arrendamento financeiro (nota 21)	1.398.466	(233.078)	1.165.388	1.212.004	9,8%
Veículos	20.147	(11.295)	8.852	6.714	20%
Móveis e utensílios	17.125	(11.771)	5.354	5.163	10%
Terrenos	1.517		1.517	1.517	
	1.835.643	(561.268)	1.274.375	1.330.798	
<u>EM CURSO</u>					
Edificações, obras civis e benfeitorias	10.570	-	10.570	6.683	
Máquinas e equipamentos	4.851	-	4.851	4.217	
Veículos	741	-	741	3.661	
Móveis e utensílios	354	-	354	580	
Outros	19.265	-	19.265	5.605	
	35.781	-	35.781	20.746	
Total	1.871.424	(561.268)	1.310.156	1.351.544	

A movimentação do grupo está demonstrada abaixo:

DESCRIÇÃO	EM SERVIÇO			EM CURSO		Total
	VALOR	DEPRECIACÃO	OBRIGAÇÕES	VALOR	VALOR	
	HISTÓRICO	ACUMULADA	ESPECIAIS	LÍQUIDO	HISTÓRICO	
Saldo em 31/12/2009	1.805.845	(426.987)	(2)	1.378.856	7.262	1.386.118
Adições	12.476	(60.534)	-	(48.058)	13.484	(34.574)
Baixas	(430)	430	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2010	1.817.891	(487.091)	(2)	1.330.798	20.746	1.351.544
Adições	17.830	(75.010)	-	(57.180)	15.822	(41.358)
Baixas	(78)	51	-	(27)	(3)	(30)
Saldo em 31/12/2011	1.835.643	(562.050)	(2)	1.273.591	36.565	1.310.156

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30 de novembro de 1994, atualizada pela Resolução ANEEL n.º 015 de 24 de dezembro de 1997. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL n.º 240, de 05 de dezembro de 2006.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

No quadro abaixo estão apresentadas as taxas médias de depreciação e depreciação acumulada por atividade:

DESCRIÇÃO	2011		2010	
	Taxa Média de Depreciação %	Depreciação Acumulada	Taxa Média de Depreciação %	Depreciação Acumulada
GERAÇÃO				
Hidráulica	11,3%	(4.713)	10,2%	(4.264)
Térmica	9,8%	(18.987)	9,8%	(18.319)
Arrendamento Mercantil	3,3%	(233.078)	3,3%	(186.462)
Total da Geração		(256.778)		(209.045)

DESCRIÇÃO	2011		2010	
	Taxa Média de Depreciação %	Depreciação Acumulada	Taxa Média de Depreciação %	Depreciação Acumulada
DISTRIBUIÇÃO				
Hidráulica	4,0%	(67.390)	4,0%	(65.548)
Térmica	10,2%	(6.787)	10,2%	(3.997)
Total da Distribuição		(74.177)		(69.545)

DESCRIÇÃO	2011		2010	
	Taxa Média de Depreciação %	Depreciação Acumulada	Taxa Média de Depreciação %	Depreciação Acumulada
COMERCIALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO				
Hidráulica	6,9%	(181.048)	6,9%	(172.299)
Térmica	8,7%	(49.265)	8,7%	(41.556)
Total da Comercialização e Administração		(230.313)		(213.855)

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01, o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de amortização de intangíveis das concessões - ICPC 01.

Este grupo é formado pelo Intangível-Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica Outros), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Intangível - Concessão	593.780	648.539
Outros	37.331	32.246
Total	631.111	680.785

Abaixo está demonstrada a abertura dos valores do grupo Intangível, em Serviço e em Curso:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2011			31.12.2010	
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	832.086	(214.130)	(68.399)	549.557	608.105
Outros	23.468	(14.409)	-	9.059	11.102
Subtotal	855.554	(228.539)	(68.399)	558.616	619.207
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	102.042	-	(57.819)	44.223	40.434
Outros	28.272	-	-	28.272	21.144
Subtotal	130.314	-	(57.819)	72.495	61.578
Total	985.868	(228.539)	(126.218)	631.111	680.785

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação do Ativo Intangível:

DESCRIÇÃO	EM SERVIÇO			EM CURSO			Total	
	VALOR	AMORTIZAÇÃO	OBRIGAÇÕES	VALOR	VALOR	OBRIGAÇÕES		
	HISTÓRICO	ACUMULADA	ESPECIAIS	LÍQUIDO	HISTÓRICO	ESPECIAIS		LÍQUIDO
Saldo em 31/12/2009	818.372	(101.493)	(56.779)	660.100	52.949	(32.591)	20.358	680.458
Adições	43.097	(64.298)	-	(21.201)	72.395	(19.162)	53.233	32.032
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(11.730)	-	1.315	(10.415)	-	-	-	(10.415)
Provisão para desvalorização do Imobilizado (Impairment)	(9.278)	-	-	(9.278)	(12.012)	-	(12.012)	(21.290)
Saldo em 31/12/2010	840.461	(165.791)	(55.464)	619.206	113.332	(51.753)	61.579	680.785
Adições	40.645	(62.748)	(12.936)	(35.039)	40.366	(6.066)	34.300	(739)
Baixas	(23.984)	-	-	(23.984)	-	-	-	(23.984)
Provisão para desvalorização do Imobilizado (Impairment)	(1.569)	-	-	(1.569)	(23.382)	-	(23.382)	(24.951)
Saldo em 31/12/2011	855.553	(228.539)	(68.400)	558.614	130.316	(57.819)	72.497	631.111

A rubrica de Intangível segregada por atividade está detalhada no quadro abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Geração		
Intangível em Serviço	787.304	756.517
(-) Amortização	(180.972)	(119.486)
(-) Obrigações especiais	(28.044)	(28.044)
(-) Provisão para desvalorização do intagível (impairment)	(28.269)	(28.269)
Subtotal	<u>550.019</u>	<u>608.987</u>
Intangível em Curso	59.794	55.283
(-) Obrigações especiais	(14.851)	(14.849)
Subtotal	<u>44.943</u>	<u>40.434</u>
Total da Geração	<u>594.962</u>	<u>649.421</u>
Distribuição		
Intangível em Serviço	305.398	291.675
(-) Amortização	(47.567)	(46.305)
(-) Obrigações especiais	(46.987)	(34.052)
Amortização das obrigações especiais	6.632	6.632
(-) Provisão para desvalorização do intagível (impairment)	(209.299)	(207.729)
Subtotal	<u>8.177</u>	<u>10.221</u>
Intangível em Curso	135.266	98.991
(-) Obrigações especiais	(42.968)	(36.904)
(-) Provisão para desvalorização do intagível (impairment)	(64.326)	(40.944)
Subtotal	<u>27.972</u>	<u>21.143</u>
Total da Distribuição	<u>36.149</u>	<u>31.364</u>
Total	631.111	680.785



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

Conforme Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, as quotas de amortização dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil.

O início de apuração da amortização foi a partir do 2º ciclo da revisão tarifária, fato este que na Companhia, ocorreu a partir de 1.º de novembro de 2009, conforme Resolução Homologatória n.º 899, de 27 de outubro de 2009. Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizado a taxa média regulatória de 4,30% para a Geração e 4,40% para a Distribuição.

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

NOTA 15 – ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Em 2011, a Companhia registrou no resultado o valor de R\$ 69.546 a título de Provisão para Perda do Ativo Intangível (Impairment) na Distribuição. Com base nas premissas determinadas, e no resultados dos cálculos efetuados pela Administração da Companhia, concluiu-se que o valor recuperável dos ativos de geração supera seus valores contábeis, e, portanto não foi constituída esta provisão na Geração.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas na unidade geradora de caixa da Distribuição:

a) Para o exercício de 2011:

- I. Não foram consideradas as Recuperações de Despesas;
- II. Provisões e Reversões: só foram adicionados os valores de provisão e reversão para "crédito de liquidação duvidosa", sendo que novembro e dezembro foram projetados de acordo com a revisão do exercício 2011;
- III. Pessoal, Material, Serviço de Terceiros e Outros - PMSO: foram retiradas todas as recuperações de despesas diversas que afetavam diretamente o PMSO;

b) Para o período de 2012 a 2015:

- I. Considerou-se os efeitos do plano de recuperação de perdas (Projeto BIRD);
 - II. Receita de Fornecimento: excluídos os efeitos do crescimento de mercado, observa-se um incremento de valores a partir do exercício de 2013, na mesma medida referente ao incremento dos custos dos novos encargos setoriais, decorrentes do processo de interligação ao SIN (Sistema Interligado Nacional);
 - III. Não foi considerada a Receita Líquida Agregada;
 - IV. Os valores de Outras Receitas foram projetados a partir da expectativa de realização em 2012;
 - V. Para o cálculo das deduções utilizou-se a média anual de 31,8%, extraída a partir do histórico dos meses do exercício 2011. As deduções são compostas pelas seguintes rubricas: ICMS, PIS/COFINS, Quota CCC, Quota RGR e P&D/PEE;
 - VI. Considerou-se que a partir de 2013 a Companhia estará inserida no SIN, o que acarreta a entrada de novos encargos;
 - VII. Para composição das provisões referente à inadimplência utilizou-se o percentual para Receita Irrecuperável observado no exercício 2011 que evidencia média anual de 0,81%;
 - VIII. Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais foram utilizados os valores do Orçamento aprovados para o exercício de 2012
-



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

(PDG), com redução de 10% em 2013 e adequação a empresa de referência em 2014;

IX. Não foram consideradas O&M adicionais;

X. Os valores do capital de giro foram extraídos do balanço projetado de 2011;

XI. Taxa de desconto: foi utilizado o WACC de 5,45%, definido pela Holding para as empresas de distribuição de energia elétrica;

XII. Venda e Compra de Energia valorada ao preço médio do ACR (R\$/MWh 141,11);

XIII. Foi utilizada a tarifa média bruta reajustada no valor de R\$ 360,76;

Com base nas premissas determinadas e nos resultados dos cálculos efetuados pela Administração da Companhia, concluiu-se que o total dos ativos em serviço e em curso da Distribuição não supera seu valor contábil. Portanto, foram observadas perdas por desvalorização a serem reconhecidas no total de R\$ 573.731 apurados em 2011, entretanto, como a Companhia já havia registrado o montante de R\$ 504.185 acumulados até 2010, foi lançado no resultado o valor de R\$ 69.546 no exercício de 2011.

c) Obrigações com contrato de concessão

Como o estudo de Impairment encontrado em 2011 foi superior ao Ativo Intangível da Distribuição existente no Balanço, conforme mencionado no parágrafo acima, foi contabilizado no Ativo Intangível, a título de Provisão para Desvalorização do Imobilizado, o valor de R\$ 273.625. Neste exercício, o valor excedente de R\$ 300.106 foi registrado como obrigações com contrato de concessão, no Passivo Não Circulante.

NOTA 16 – BENS EM COMODATO

A Companhia opera, mediante contrato de comodato, a Usina Termelétrica ELECTRON, cuja propriedade é da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE.

A UTE ELECTRON é composta de 06 (seis) unidades geradoras a diesel, de 20MW cada, incluindo: transformador, sistema de recebimento de óleo diesel, sistema de tratamento de óleo diesel, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, transformador de serviços auxiliares, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática.

NOTA 17 – FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda e pelo fornecimento de materiais e serviços. As obrigações com fornecedores estão compostas da seguinte forma:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Suprimento de Energia Elétrica	706.503	848.223
Reembolso sobre combustíveis-Res. 347/09	(176.129)	(176.129)
Subtotal	530.374	672.094
Fornecimento de Materiais e Serviços	2.237.782	1.414.670
Total	2.768.156	2.086.764

A Companhia fez o encontro de contas, nos exercícios de 2011 e 2010, da rubrica Reembolso sobre Combustíveis, no montante de R\$ 176.129, decorrente da Resolução Normativa da ANEEL nº. 347, de 06 de janeiro de 2009, a qual estabeleceu que o valor do reembolso da CCC seria efetuado pela diferença de preço entre o valor da compra do óleo e o preço praticado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A partir da data de publicação desta Resolução, os Produtores Independentes de Energia – (PIE) passaram a faturar a diferença do preço do combustível para a Companhia. Esta situação contribuiu para o aumento substancial nas obrigações com fornecedores, especialmente, de materiais e serviços, destacando-se a Petrobrás.

Considerando que a Companhia encontra-se inadimplente com as obrigações junto aos fornecedores de suprimento de energia elétrica, essas obrigações estão sendo atualizadas monetariamente em contrapartida na rubrica de Despesas Financeiras, no resultado.

Além disto, também contribuiu para este aumento, a contratação de diversos alugueis de grupos geradores para atender a capital e interior;

A Administração da Companhia, com o auxílio de seus assessores jurídicos, ingressou com Mandado de Segurança judicial, solicitando que fossem afastados os efeitos da Resolução Normativa nº. 347/2009 da ANEEL. Mediante o Agravo de Instrumento nº. 2009.01.00.045341-1/DF do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, foi concedida uma liminar pelo Poder Judiciário permitindo que a Companhia receba o reembolso pela CCC como ocorria na sistemática anterior.

NOTA 18 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos. As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:



Eletrobras
Amazonas Energia
 CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a) Composição:

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)	31.12.2011			31.12.2010				
		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Subtotal	Não Circulante	Total	
		Principal		Encargos		Principal			
MOEDA NACIONAL									
ELETOBRÁS		102.072	452.759	554.831	7	85.517	85.524	413.546	499.070
.ECF-1554/97	12,00	3.323	15.038	18.361	-	3.242	3.242	15.900	19.142
.ECF-2057/00	7,00	11.764	33.332	45.096	-	11.764	11.764	36.273	48.037
.ECF-2082/01	7,00	2.780	13.203	15.983	-	2.780	2.780	13.898	16.678
.ECF-2116/01	7,00	2.262	22.992	25.254	-	2.261	2.261	23.558	25.819
.ECF-2117/01	7,00	2.247	6.740	8.987	-	2.247	2.247	7.302	9.549
.ECF-2131/02	7,00	710	1.834	2.544	-	710	710	2.012	2.722
.ECF-2132/02	7,00	422	1.090	1.512	-	422	422	1.195	1.617
.ECF-2133/02	7,00	900	3.900	4.800	-	900	900	4.125	5.025
.ECF-2267/03	7,00	4.436	35.858	40.294	-	4.436	4.436	36.967	41.403
.ECF-2286/03	7,00	1.495	3.116	4.611	-	1.495	1.495	3.490	4.985
.ECF-2292/03	7,00	91	279	370	-	91	91	302	393
.ECF-2299/03	7,00	2.596	5.407	8.003	-	2.596	2.596	6.056	8.652
.ECF-2301/03	7,00	23.692	49.359	73.051	-	23.693	23.693	55.282	78.975
.ECF-2327/04	7,00	4.087	9.878	13.965	-	4.087	4.087	10.900	14.987
.ECF-2330/04	7,00	619	1.909	2.528	-	619	619	2.064	2.683
.ECF-2331/04	7,00	36	112	148	-	36	36	121	157
.ECF-2332/04	7,00	485	1.496	1.981	-	485	485	1.617	2.102
.ECF-2345/04	7,00	474	1.462	1.936	-	474	474	1.580	2.054
.ECF-2447/04	7,00	1.217	3.143	4.360	-	1.217	1.217	3.447	4.664
.ECF-2452/04	7,00	336	2.712	3.048	-	336	336	2.796	3.132
.ECF-2459/05	7,00	3.845	33.641	37.486	-	3.845	3.845	34.602	38.447
.ECF-2461/04	7,00	1.650	1.788	3.438	-	1.650	1.650	2.200	3.850
.ECF-2463/05	7,00	4.055	4.059	8.114	-	1.972	1.972	2.629	4.601
.ECF-2571/06	7,00 + CRC ¹	3.148	11.807	14.955	3	3.148	3.151	12.594	15.745
.ECF-2572/06	7,00 + CRC ¹	666	2.564	3.230	-	508	508	2.029	2.537
.ECF-2573/06	7,00 + CRC ¹	1.918	7.191	9.109	-	1.918	1.918	7.670	9.588
.ECF-2642/07	7,00 + CRC ¹	8.185	30.693	38.878	-	7.511	7.511	30.045	37.556
.ECF-2644/07	7,00 + CRC ¹	142	1.246	1.388	-	142	142	1.282	1.424
.ECF-2645/07	7,00 + CRC ¹	677	5.922	6.599	-	113	113	1.021	1.134
.ECF-2653/07	7,00 + CRC ¹	1.229	4.608	5.837	-	614	614	2.454	3.068
.ECF-2672/07	Selic + Spread	856	3.425	4.281	-	68	68	4.022	4.090
.ECF-2707/08	7,00 + CRC ¹	-	5.987	5.987	-	-	-	-	-
.ECF-2712/08	7,00 + CRC ¹	2.874	11.496	14.370	-	137	137	8.081	8.218
.ECF-2719/08	7,00 + CRC ¹	1.282	5.737	7.019	-	-	-	3.725	3.725
.ECF-2748/09	7,00 + CRC ¹	86	343	429	-	-	-	429	429
.ECF-2765/09	7,00 + CRC ¹	-	9.871	9.871	-	-	-	-	-
.ECF-2766/09	7,00 + CRC ¹	-	12.357	12.357	-	-	-	-	-
.ECF-2770/09	7,00 + CRC ¹	70	976	1.046	-	-	-	193	193
.ECF-2777/09	7,00 + CRC ¹	860	12.044	12.904	-	-	-	12.276	12.276
.ECF-2782/09	7,00 + CRC ¹	6.028	54.255	60.283	-	-	-	54.590	54.590
.ECF-2783/09	7,00 + CRC ¹	529	5.816	6.345	-	-	-	632	632
.ECF-2814/11	7,00 + CRC ¹	-	1.012	1.012	-	-	-	-	-
.ECF-2841/11	7,00 + CRC ¹	-	1.324	1.324	-	-	-	-	-
.ECF-2843/10	7,00 + CRC ¹	-	3.766	3.766	3	-	3	3.583	3.586
.ECF-2862/10	7,00 + CRC ¹	-	5.345	5.345	1	-	1	519	520
.ECF-2864/10	7,00 + CRC ¹	-	484	484	-	-	-	85	85
.ECF-2875/10	7,00 + CRC ¹	-	332	332	-	-	-	-	-
.ECF-2887/10	7,00 + CRC ¹	-	135	135	-	-	-	-	-
.ECF-2891/10	7,00 + CRC ¹	-	172	172	-	-	-	-	-
.ECF-2910/10	7,00 + CRC ¹	-	1.358	1.358	-	-	-	-	-
.ECF-2925/11	7,00 + CRC ¹	-	145	145	-	-	-	-	-
Divida em Moeda Nacional		102.072	452.759	554.831	7	85.517	85.524	413.546	499.070
TOTAL		102.072	452.759	554.831	7	85.517	85.524	413.546	499.070

¹ Comissão de reserva de crédito 1% (um por cento) ao ano calculada sobre o saldo não desembolsado do crédito



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

b) A composição do principal dos empréstimos e financiamentos em longo prazo, tem seus vencimentos assim programados:

Financiadores	2013	2014	2015	2016	Após 2016	TOTAL
Eletrobrás	117.043	113.815	83.147	58.716	80.038	452.759

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2011		31.12.2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	85.524	413.546	92.300	271.034
Empréstimos e Financiamentos	-	71.129	-	133.100
Transferências	38.078	(38.078)	(6.783)	6.783
Encargos financeiros provisionados	35.693	6.162	28.680	2.629
Encargos financeiros pagos	(35.700)	-	(28.673)	-
Amortização de financiamentos	(21.523)	-	-	-
Saldo no final do período	102.072	452.759	85.524	413.546

NOTA 19 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil econômica dos ativos.

Com base nas premissas do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia avaliou todos os critérios definidos pelo referido Pronunciamento para os contratos listados a seguir:

DESCRIÇÃO	Sumário dos Contratos				
	1.815/2005	1.816/2005	1.819/2005	1.820/2005	1.821/2005
Data de início	4/5/2005	4/5/2005	4/5/2005	20/5/2005	20/5/2005
Valor do contrato (em R\$ mil)	4.035.909	3.948.387	4.292.342	3.723.607	3.803.477
Valor nominal	818.005	808.331	869.680	728.337	767.190
Período	20 anos	20 anos	20 anos	20 anos	20 anos
Data de expiração do contrato	4/5/2025	4/5/2025	4/5/2025	20/5/2025	20/5/2025
Reajuste anual	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, está demonstrada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Menos de um ano	283.831	244.098
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.419.154	1.220.493
Mais de cinco anos	2.105.079	2.213.161
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	202.636	416.322
Ajuste a valor presente	2.092.159	2.240.385
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiro	1.918.541	1.853.689
Menos de um ano (Circulante)	142.997	120.485
Não Circulante	1.775.544	1.733.204
Mais de um ano e menos de cinco anos	714.984	602.333
Mais de cinco anos	1.060.560	1.130.871
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	1.918.541	1.853.689

NOTA 20 – ENCARGOS SETORIAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Quota da Reserva Global de Reversão - RGR (a)	35.660	7.382
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC (b)	6.352	5.029
Total	42.012	12.411

a) **Reserva Global de Reversão (RGR)** – é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 3,0% de sua receita bruta anual (excluído apenas o valor do ICMS). Esta Quota seria extinta no final do exercício de 2010, entretanto, foi prorrogada por mais 25 anos, através da Medida Provisória nº 517, de 30/12/2010. Dessa forma, os valores continuaram a ser calculados e provisionados mensalmente no exercício de 2011, entretanto, a ANEEL somente retornou à exigibilidade do pagamento a partir de novembro/2011.

b) **Conta de Consumo de Combustível (CCC)** – é a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. Os valores registrados nesta rubrica são realizados de acordo com as legislações emitidas pela ANEEL (Despacho nº 3.987 de 21/12/10 e Resolução Homologatória nº 1.228 de 25/10/2011), os quais fixam os valores das quotas referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 21 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

DESCRIÇÃO	Circulante		Não Circulante	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (a)	3.881	3.971	13.045	9.982
Programa de Eficiência Energética - PEE (b)	4.755	4.755	22.019	15.048
Encargos Ex - isolados (a)	244	671	-	-
Total	8.880	9.397	35.064	25.030

a) A Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, foi alterada pela Lei n° 12.111, de 9 de dezembro de 2009, visando a criação de um novo encargo setorial para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação do ICMS incidente sobre os combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em decorrência da interligação dos respectivos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional. O novo encargo equivale a 0,30% (trinta centésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

b) A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n°s. 300/2008 e 316/2008.

NOTA 22 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	896	646
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -	2.043	626
Imposto sobre Serviço - ISS	4.269	4.275
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	7.292	7.325
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.908	1.876
Tributos Federais Retidos na Fonte MP - 135/03	51.215	57.744
Outros	420	414
Total	68.043	72.906

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

O saldo está composto desta forma:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Encargos Sociais - INSS	4.126	3.938
Encargos Sociais - FGTS	1.255	1.198
SESI/SENAI/FNDE	423	405
Provisão de Férias	11.187	10.659
Provisão - Gratificação de Férias	4.500	4.315
Total	21.491	20.515



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 24 – PARCELAMENTOS COM FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Circulante	54.813	73.842
Não Circulante	48.038	88.620
Total	102.851	162.462

Esses parcelamentos referem-se a dois Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A., relativos ao fornecimento de produtos derivados de petróleo. Os referidos débitos foram corrigidos pela Taxa SELIC. Os instrumentos serão amortizados em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pela Taxa SELIC, pela variação pro rata dia, considerado desde as datas da assinatura dos contratos até as datas dos seus respectivos vencimentos. O primeiro contrato teve a sua primeira parcela vencida em 30/01/2007 e a última parcela vencerá em 30/01/2012. O segundo contrato teve o vencimento da primeira parcela em 30/01/2009 e a última parcela vencerá em 30/12/2013.

**NOTA 25 – OBRIGAÇÕES COM COLIGADAS/CONTROLADAS/
CONTROLADORAS**

No exercício de 2011 foram celebrados diversos contratos de mútuos com a controladora ELETROBRAS, com a finalidade de cobertura de déficit operacional, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)	31.12.2011	31.12.2010
		Principal	Principal
MOEDA NACIONAL			
ELETROBRÁS			
.ECF-2899/10 *	Selic + Spread	15.000	15.000
.ECF-2915/11 **	Selic + Spread	49.554	-
Total		64.554	15.000

* 2899/10 - Crédito com recursos ordinários, para cobertura de déficit operacional

** 2915/11 - Crédito com recursos ordinários, para cobertura de déficit operacional

NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

Esta composição refere-se a obrigações diversas, detalhadas a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	Circulante	
	31.12.2011	31.12.2010
Credores Diversos	1.382	1.087
Multas Ambientais	400	400
Juros do Empréstimo Compulsório -ELETROBRAS	711	734
Contribuição de Iluminação Pública Arrecadada	5.370	6.706
Parcelamento de Multas - ANEEL (a)	40.942	34.145
Férias (b)	1.210	866
Tributos Retidos na Fonte	4.314	4.200
Previnorte - Contribuição Empregados	1.666	1.391
Assoc. dos Empregados da Eletronorte - ASEEL	129	127
Outros	3.386	2.501
Total	59.510	52.157

a) Do montante de R\$ 40.942, constante da rubrica Parcelamentos de Multas – ANEEL foram contabilizados os seguintes Autos de Infração: nºs. 022/2007, e 045/2010 – SFG/ANEEL, no valor de R\$ 2.894 e R\$ 8.867 respectivamente, decorrentes do descumprimento de determinação da ANEEL no prazo estabelecido, o qual solicitava informações referentes ao consumo de combustíveis fosseis para a geração de energia elétrica. Autos de Infração nº 100, 101, 102, 119 e 124/2010 – SFE /ANEEL, no valor de R\$ 7.582, R\$ 1.727, R\$ 6.697, R\$ 4.317 e R\$ 2.154 respectivamente, decorrentes do descumprimento das disposições legais, regulamentares e contratuais relativas a não-conformidade dos Indicadores de Continuidade DEC e FEC. Auto de Infração nº 153/2010, no valor de R\$ 392 decorrente de descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta – TAC das usinas do interior do estado e Auto de Infração nº 1.009/2011 – SFG, no valor de R\$ 6.312 decorrente de infração das obrigações que impactam nos mecanismos de eficiência econômica e energética exigidos pela ANEEL.

b) Este saldo refere-se às férias efetivas a pagar.

NOTA 27 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Composição da provisão para contingências:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Trabalhista	66.340	57.534
Fiscais	156	152
Cíveis	104.645	52.797
Total	171.141	110.483

b) Movimentação dos saldos:

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Saldo inicial	110.483	96.194
Adições	67.088	22.869
Baixas	(14.150)	(14.283)
Atualizações monetárias	7.720	5.703
Saldo final	171.141	110.483



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

c) Natureza das contingências:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados, vinculadas a disputas sobre valores pagos em rescisões contratuais de trabalho.
- Fiscais/Tributárias – os principais processos tributários envolvem compensações não homologadas de PIS e COFINS, em decorrência de erro no preenchimento de declarações, cobranças de contribuição previdenciária em face do pagamento em dinheiro de vale-transporte, auxílio-alimentação e salários indiretos, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS ou pela suposta redução da base de cálculo de tal tributo, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, autuações estaduais em operações interestaduais de comodato, questionamento ao aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, autuações pela falta de retenção ou repasse do ISS devido por prestadores de serviço contratados, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, discussões sobre a incidência de ICMS sobre energia assegurada, cobranças de salário-educação em face da falta de registro das indenizações pagas a dependentes de empregados, cobrança de ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execuções fiscais esparsas e muitos processos em que os contribuintes buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.
- Ações cíveis – as principais ações têm por objeto pedido de indenização por danos materiais e morais por acidente envolvendo a rede elétrica, e ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.

d) Outras informações :

A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível ou remota:

DESCRIÇÃO	31.12.2011		31.12.2010	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Trabalhistas	46.565	1.919	36.409	1.132
Cíveis	322.010	8.196	235.892	64.170
Tributárias *	4.338.047	363.214	2.980.011	395.509
Total	4.706.622	373.329	3.252.312	460.811



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

*Refere-se a processos de tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ, com diversos processos, no montante de R\$ 3.048.914, impetrados pela cobrança de valores de créditos de ICMS aproveitados pela empresa em vários exercícios, cujo custo efetivo não foi pela Companhia suportado, em razão dos subsídios recebido da CCC, e outros créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na distribuição de energia elétrica. A variação expressiva dos processos possíveis tributários justifica-se pelo ingresso de novos processos de mesma natureza e de valores relevantes ocorridos no exercício de 2011, todos avaliados pelos nossos assessores jurídicos como de perda possível. Em 2010, a Companhia possuía um total de 44 processos e no final de 2011 foram computados um montante de 55 processos.

NOTA 28 – CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC

A Companhia procedeu à apuração, bem como à atualização destes passivos, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
PIS/PASEP pago pela CCC (a)	43.041	40.954
COFINS pago pela CCC (a)	198.251	188.635
Ressarcimento CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (b)	1.159.875	790.663
Total	1.401.167	1.020.252

Os saldos dos impostos e contribuições sociais estão atualizados monetariamente para data-base de 31/12/2011.

a) Ressarcimento do PIS/PASEP e COFINS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis Por Conta da CCC

A ANEEL através do Despacho nº. 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº. 359-SFF, a qual expõe de forma detalhada a evolução da legislação a respeito da metodologia de contabilização dos PIS/PASEP e COFINS na forma da apuração não cumulativa, recomendando a adoção dos seguintes procedimentos:

- **Apuração do Passivo a ser ressarcido ao fundo CCC-ISOL** – imputando aos agentes que apurem mensal e anualmente o montante reembolsado pela CCC-ISOL a título de combustível e os créditos de PIS/PASEP e COFINS, sendo que este último deverá ser imputado como Passivo.
- **Forma da Atualização e restituição** – orientando que o Passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

b) Ressarcimento CCC – ISOL – Lei nº 12.111/09

O saldo de R\$ 1.159.875 refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009, descrito a seguir:

§ 8º "No caso de efetivo aproveitamento de créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir a este mecanismo o montante integral do crédito tributário aproveitado".

c) ICMS – CCC - ISOL

Em atendimento à segurança concedida pela Justiça Federal de 1a. Instância em 27 de fevereiro de 2009, que afastou os efeitos da Resolução 303/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Ofício 235/2010 da ANEEL de 24 de março de 2010, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a baixa do passivo correspondente ao valor do ICMS que lhe foi reembolsado pela CCC-ISOL nos anos de 2004 a 2008, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 576.537.

NOTA 29 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

O Conselho de Administração da ELETROBRAS, em conformidade com o Plano de Transformação do Sistema ELETROBRAS, definiu diretrizes para a Holding e suas Controladas, contemplando dentre outras, a reorientação dos negócios de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a fim de que fosse feito um estudo de uma estrutura adequada de capital para todas as empresas.

O Conselho de Administração da ELETROBRAS, por meio da Deliberação DEL – 204/2009, de 21 de dezembro de 2009, aprovou que os contratos de empréstimos e financiamentos (ECF) fossem revertidos em adiantamento para aumento de capital (AFAC), no valor total de R\$ 1.361.297, que somado a novas liberações, de recursos, no valor de R\$ 588.062, totaliza R\$ 1.949.359. Este montante foi capitalizado no exercício de 2010, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Contratos de Empréstimos convertidos em AFAC	-	1.573.797
Liberações em espécie (ECF 2768/09)	-	375.562
Capitalização dos Contratos de Empréstimos	-	(1.949.359)
Atualização monetária do ECF 2768/09	63.919	57.266
Total	63.919	57.266

Conforme previsto em cláusula terceira, parágrafo primeiro, do contrato ECF 2768/09, caso o prazo para efetivação do aumento de capital seja superior a um ano, o valor concedido deverá ser atualizado pela Taxa SELIC. Como este contrato foi capitalizado após catorze meses, o mesmo sofreu uma atualização no valor de R\$ 57.266, no exercício de 2010, entretanto, este valor não foi convertido em aumento de capital. Durante o exercício de 2011, a Companhia continuou registrando a atualização mensalmente, a qual resultou em um montante de R\$ 63.919 em 31 de dezembro de 2011.

NOTA 30 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica e aluguéis de grupos geradores são:

DESCRIÇÃO	VIGÊNCIA	2012	2013	2014	2015
Energia elétrica	2005 a 2025	511.219	538.943	566.059	593.003
Aluguéis de grupos geradores	2009 a 2014	375.698	357.338	187.518	-
Combustível *	2006 a 2030	1.528.271	1.612.326	1.701.004	1.794.560

*Inclui os valores relativos a compra de gás da Cigás.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia e aluguéis de grupos geradores, cuja vigência varia de 2 a 24 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2011 e foram homologados pela ANEEL.

NOTA 31 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2011, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

ACIONISTAS	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.12.2011			
	R\$ mil	P participação(%)	QUANTIDADE	Participação (%)
ELETROBRAS	4.330.917	100,00%	6.276.666.628	100,00%

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 32 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Fornecimento de energia elétrica (a)	1.552.578	1.483.855
Receita de remuneração do ativo financeiro	146.876	124.712
Receita de construção	462.252	438.593
Outras receitas (b)	13.475	15.138
Total da receita bruta	2.175.181	2.062.298
Deduções da receita bruta (c)	(563.509)	(542.404)
Receita Operacional Líquida	1.611.672	1.519.894

a) Fornecimento de Energia Elétrica

DESCRIÇÃO	Nº de Consumidores (*)		Mwh (*)		R\$ mil	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
FORNECIMENTO FATURADO DE E.E.						
Residencial	634.272	599.193	1.385.603	1.317.610	506.624	476.134
Industrial	3.176	3.275	1.775.360	1.651.843	525.466	499.386
Comércio, serviços e outras atividades	65.964	62.048	1.010.473	945.273	392.099	367.369
Rural	38.181	36.312	58.696	46.231	12.258	9.810
Poder Público	7.467	6.827	452.917	443.403	175.323	169.918
Iluminação Pública	380	329	120.941	115.958	23.527	22.722
Serviço Público	900	888	198.365	195.962	50.974	50.573
(-) Receita de remuneração de ativo financeiro	-	-	-	-	(146.876)	(124.712)
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	-	-	-	-	13.183	12.655
Total	750.340	708.872	5.002.355	4.716.280	1.552.578	1.483.855

(*) Informações não auditadas.

O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerado, assim como também no quantitativo de consumidores.

No exercício de 2010, o cálculo do Índice de Reajuste Tarifário – IRT da Companhia, para aplicação a partir de 01 de novembro de 2010, resultou em um reajuste médio das tarifas de 5,26%. Este valor é composto pelo IRT econômico de 3,14% acrescidos os componentes financeiros, no total de 2,12%, resultando em um efeito médio para o consumidor final de -3,55% para o reajuste tarifário anual de 2010 da Companhia.

No exercício de 2011, a Companhia obteve um reajuste positivo de 15,43% em sua tarifa de fornecimento de energia elétrica, conforme disposto na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.228, de 25 de outubro de 2011. Este novo reajuste entrou em vigor a partir



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

de 1º de novembro de 2011 e seus efeitos já se fazem presente, visto que houve um incremento de 5,65% no fornecimento bruto de energia elétrica de 2011 quando comparado com 2010.

b) Outras Receitas

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Renda da prestação de serviço	4.888	5.038
Arrendamentos e aluguéis	6.208	7.931
Serviço taxado	1.642	1.413
Diversas receitas	737	756
Total	13.475	15.138

c) Deduções da Receita Bruta

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Impostos e Contribuições		
ICMS *	(295.772)	(288.339)
PIS / PASEP	(27.294)	(27.977)
COFINS	(125.718)	(128.862)
Subtotal	(448.784)	(445.178)
Encargos Setoriais		
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(38.471)	(39.203)
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	(61.669)	(43.532)
Programa de Eficiência Energética (PEE)	(5.610)	(5.387)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	(2.244)	(2.209)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(2.244)	(2.235)
Ministério de Minas e Energia (MME)	(1.122)	(1.104)
Outros encargos	(3.365)	(3.556)
Subtotal	(114.725)	(97.226)
Total	(563.509)	(542.404)

*Alguns itens incluídos na receita de fornecimento são isentos de ICMS.

NOTA 33 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

A Amazonas Energia tem geração própria (1.759,7 MW) e completa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia dos seguintes produtores independentes:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2011		31.12.2010	
	MWh *	R\$ mil	MWh *	R\$ mil
Breitener Tambaqui	518.742	(33.602)	481.985	(79.947)
Breitener Jaraqui	517.952	(39.894)	518.172	(87.022)
Companhia Energética Manauara	503.243	(47.196)	515.422	(84.697)
Rio Amazonas Energia	512.830	(73.259)	558.433	(93.394)
Geradora de Energia do Amazonas	505.794	(63.676)	526.702	(85.063)
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	4.577	(1.184)	4.318	(1.414)
BK Energia	42.250	(8.123)	44.970	(8.985)
Hermasa Navegação S/A	2.160	(453)	738	(435)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	-	15.712	-	14.156
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	-	72.373	-	65.202
Total	2.607.548	(179.302)	2.650.740	(361.599)

* Informações não auditadas

Na sistemática adotada no exercício de 2010, os PIE's faturavam para a Companhia notas fiscais referente à Potência Garantida, Energia fornecida referente à Operação e Manutenção – O&M e Energia fornecida referente a Combustível. Entretanto, no exercício de 2011, os PIE's deixaram de faturar a parcela referente ao combustível em decorrência dos seguintes eventos:

- As usinas dos PIE's passaram a utilizar o gás natural do contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e a CIGÁS. Como esse gás natural é faturado para a Companhia, os PIE's não possuem nenhum custo com gás a ser repassado para a Amazonas Energia, repassando apenas os custos com óleo combustível, visto que as usinas dos PIE's mesmo convertidas precisam de uma quantidade mínima de óleo combustível para operação devido à tecnologia utilizada para conversão das usinas para operação bi-combustível. Os gastos com a conversão das usinas dos PIES para operação bicombustível estão previstos em clausula contratual;
- Os PIE's passaram a receber diretamente da CCC os custos relacionados ao óleo combustível, não repassando mais esses custos para a Companhia.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 34 – PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS DE TERCEIROS

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Pessoal	(207.706)	(176.618)
Material	(58.721)	(65.885)
Serviço de terceiros	(146.423)	(143.890)
Total	(412.850)	(386.393)

NOTA 35 – OUTROS

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Aluguéis (a)	(321.633)	(161.262)
Seguros	(3.784)	(2.732)
Tributos	(1.748)	(1.189)
Consumo próprio de energia elétrica	(20.406)	(24.933)
Outros	(15.181)	(15.932)
Total	(362.752)	(206.048)

a) Aluguéis

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Aluguel de equipamentos de informática	(15)	(33)
Aluguel de Imóveis	(2.730)	(1.300)
Aluguel de Equipamentos e Veículos	(5.079)	(6.361)
Aluguel de Grupos Geradores *	(345.608)	(169.018)
Aluguel de Subestações	(179)	-
Aluguel de Outros Bens	(20)	(184)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	5.708	2.789
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	26.290	12.845
Total	(321.633)	(161.262)

* A Amazonas Energia, objetivando manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior e capital, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da ANEEL, celebrou, no exercício de 2011, vários contratos com diversas empresas, alocando grupos geradores operantes nas usinas do interior e capital, de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral, motivo pelo qual se justifica o aumento substancial na rubrica de aluguel de grupos geradores. Esses contratos possuem substancialmente vencimentos em 2013 e estão classificados como arrendamento operacional.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 36 – DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Despesas com vendas (a)	(146.929)	(95.620)
Despesas gerais e administrativas (b)	(221.742)	(212.029)
Outras receitas (despesas) operacionais (c)	(62.979)	(708.891)
Total	(431.650)	(1.016.540)

a) Despesas com Vendas

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Pessoal	(37.562)	(31.078)
Material	(475)	(710)
Serviço de terceiros	(54.187)	(49.084)
Provisão / Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa *	(43.853)	(4.274)
Aluguéis	(498)	(1.289)
Perdas com clientes	-	(149)
Outros	(10.354)	(9.036)
Total	(146.929)	(95.620)

* O aumento substancial na rubrica de Provisão/Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa ocorreu em função do aumento da inadimplência, especialmente nas classes Comercial e Industrial.

b) Despesas Gerais e Administrativas

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Pessoal	(63.759)	(79.188)
Administradores	(300)	(377)
Material	(2.854)	(3.964)
Serviço de terceiros	(47.369)	(44.092)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	(6.710)	(5.395)
Aluguéis	(3.654)	(1.938)
Taxa de fiscalização	(3.696)	(3.202)
Provisão / reversão para contingências *	(52.939)	(7.892)
Empregados cedidos	(4.372)	(4.394)
Multas - ANEEL	(21.100)	(28.699)
Outros	(14.989)	(32.888)
Total	(221.742)	(212.029)

* O aumento da Provisão/Reversão para contingências ocorreu em função do acréscimo de novos processos contabilizados, principalmente nos processos cíveis, sendo os valores mais relevantes os processos de Produtor Independente - PIE, no valor de R\$ 14.460,



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

referente à anulação de multa por inadimplemento contratual imposta pela Amazonas Energia, consumidores, no valor de R\$ 8.818, referente à pedido de Danos materiais por conta de falhas no fornecimento de energia, Município do interior do Estado, no valor de R\$ 6.892, referente à Ação Ordinária com pedido de Liminar para impedir que este município seja incluído no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN, Ação de Indenização por danos materiais e morais, no valor de R\$ 5.532.

Além destes processos cíveis, foram registrados diversos processos trabalhistas no exercício de 2011, no montante de R\$ 12.667.

c) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Outras Receitas		
Ganhos na alienação de bens e direitos	-	430
Ganhos de indenizações de seguros	4.402	1.484
Diversas Receitas	3.114	3.005
	7.516	4.919
Outras Despesas		
Provisão para desvalorização do imobilizado (impairment)	(69.546)	(243.910)
Provisão para perdas com prescrição e impairment de créditos tributários *	-	(468.833)
Diversas Despesas	(949)	(1.067)
	(70.495)	(713.810)
Total	(62.979)	(708.891)

* No presente exercício não houve necessidade da Companhia fazer registros contábeis de Provisão para Perda com Prescrição de Créditos Tributários, tendo em vista que em 2010 foi contabilizado o valor de R\$ 201.343 mil, afetando diretamente o resultado, referente ao montante de créditos prescritos de 2000 a 2005. Adicionalmente, em 2011, não foi necessário o registro de Provisão de Impairment sobre estes créditos tributários, uma vez que os testes realizados neste exercício, demonstraram que os créditos serão realizados até o término da concessão (em 2010 foi registrado o valor de R\$ 267.490 mil, impactando no resultado, correspondente aos períodos de 2006, 2007 e 2008).

NOTA 37 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Receitas Financeiras		
Acréscimo moratório sobre energia vendida	32.057	39.792
Variação monetária ativa	830	46
Atualização monetária	-	596
Multa s/ Fornec. e Suprimento de Energia	14.010	18.667
Juros e Multas	5.815	15.690
Atualização monetária - Lei nº 12.111/09	78.585	100.339
Rendas s/ Aplicações Financeiras	5.030	6.739
Diversas Receitas Financeiras	1.599	10.018
	137.926	191.887
Despesas Financeiras		
Variação monetária passiva	(127)	(361)
Encargos de dívidas	(50.673)	(34.275)
Encargos de arrendamento financeiro	(350.861)	(371.106)
Juros e Multas	(18.345)	(30.380)
Atualização dos fornecedores - CCC	(166.464)	(121.868)
Diversas Despesas Financeiras *	(34.503)	(82.177)
	(620.973)	(640.167)
Total	(483.047)	(448.280)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

* A redução na rubrica de Diversas Despesas Financeiras foi motivado principalmente pela diminuição dos indexadores IGP-M (Em 2011: 4,99% e 2010: 11,32%) e Selic utilizadas na atualização monetária das dívidas, especialmente nos parcelamentos com a Petrobras e atualização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

NOTA 38 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

38.1 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

38.2 Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou, em 31 de dezembro de 2011, uma avaliação de seus instrumentos financeiros, os quais estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros.

38.2.1 Ativos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – são classificadas como mantidos para negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. O equivalente de caixa corresponde principalmente às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento, conforme regulamentação em vigor.
- **Consumidores e Concessionárias** – decorrem diretamente das operações da Companhia e são registrados pelo seu valor nominal.
- **Ativo financeiro – concessão** - Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

38.2.2 Passivos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Fornecedores** – decorrem diretamente das operações da Companhia e são mensurados pelo método do custo amortizado.
- **Empréstimos e Financiamentos** – o principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. Destaca-se nesse contexto os contratos de financiamento captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS), cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – (TJLP), ou com taxas pré-fixadas.

38.2.3 Estimativa do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

DESCRIÇÃO	31.12.2011			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Disponíveis para venda				
Caixa e equivalentes de caixa	-	94.928	-	94.928
Total do ativo	-	94.928	-	94.928

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 são classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

38.3 Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

- **Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Além disso, realiza diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de efetuar seus pagamentos. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

- **Risco da Taxa de Juros**

O Risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Este risco é mitigado pelo fato da Companhia concentrar a captação de seus empréstimos com a Eletrobras, a juros fixos.

- **Risco de Liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das área financeira, que atua alinhada no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e conseqüentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

Na tabela a seguir está demonstrado o valor do principal e dos juros futuros a serem pagos, conforme períodos destacados abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011			
	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 2 ANOS	ENTRE 2 E 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS
Obrigações com arrendamento mercantil	142.997	259.034	388.551	1.127.959
Fornecedores	2.768.156	-	-	-

- **Risco de Não Renovação das Concessões**

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa de que sejam prorrogadas. Caso



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

- **Risco de Fornecimento de Combustível**

O risco é decorrente da Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para aquisição combustíveis, em função da variação do preço do insumo. Este risco é minimizado em função da garantia do pagamento do combustível por conta da CCC.

- **Risco de Abastecimento de Energia**

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS), não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

38.4 Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 39 – COBERTURA DE SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

	DESCRIÇÃO			
Seguradora	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Mapfre	Engenharia	12/08/2011 a 12/08/2012	658.301	3.316
Tokio Marine	Engenharia	27/08/2011 a 27/08/2012	103.429	227
Zurich	Vida	31/10/2011 a 31/10/2012	2.328 vidas	1.095

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 40 – CRÉDITOS FISCAIS

Encontram-se registrados na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), os créditos fiscais, decorrentes do prejuízo fiscal e de outras adições temporárias, sem prazos de prescrição, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Prejuízos fiscais acumulados	3.496.849	2.970.900
Base de Cálculo negativa da Contribuição Social	3.515.736	2.989.789
Adições Temporárias	193.667	161.810
Total	7.206.252	6.122.505

O imposto de renda da pessoa jurídica, de que trata a Lei nº 9.249/95 é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, aplicando-se a alíquota de 9%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram apurados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. Devido ao histórico de resultados negativos da Companhia não foi constituído crédito tributário

NOTA 41 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

O comportamento da remuneração dos empregados e dirigentes está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	R\$	
	31.12.2011	31.12.2010
Empregados		
Maior remuneração	27.392,56	24.647,90
Menor remuneração	1.287,00	1.179,94
Dirigentes		
Honorário	22.453,59	15.515,10

Os valores pagos a dirigentes referem-se aos honorários do Conselho Fiscal somado aos valores recebidos por um diretor regional que tomou posse em outubro do corrente ano.

NOTA 42 – BENEFÍCIO PÓS - EMPREGO

A Administração da Companhia decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego em 2010, deixando de adotar o método do "corredor" e passando a reconhecê-las no próprio exercício em que ocorreram, em "Outros Resultados Abrangentes", de acordo com as orientações CPC-33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os impactos dessa mudança estão demonstrados abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS NO RESULTADO	31.12.2011	31.12.2010
Programa Previdenciário	(7.628)	(194)
GANHOS (PERDAS) ATUARIAIS RECONHECIDAS EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ganhos (Perdas) Atuariais do Exercício:	2.057	(1.049)
Redução (Aumento) de Outros Resultados Abrangentes - IAS19:	(1.294)	1.423
Total	763	374
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES ACUMULADOS		
Programa Previdenciário	1.647	884

42.1 Plano de Aposentadorias e Pensões

A Companhia mantém, através de uma entidade fechada de previdência privada por ela constituída para esse fim, um programa de suplementação de aposentadorias e pensões composto de:

- Plano de Benefícios Definidos – é composto pelo Plano Previdenciário do tipo BD 02-A, o qual está em extinção desde 01/02/2000, e a partir desta data não pode receber novos participantes. O regime financeiro deste Plano é o de capitalização, e suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado sobre a folha de salários.
- Plano de Contribuições Definidas – é um plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salário.

A parte do Plano concebida na modalidade de benefício definido pode ter seu custo modificado em decorrência do comportamento da evolução salarial, de adesão ou desligamento de participantes. Já a parte do Plano na modalidade de contribuição definida não tem o seu custo modificado, independentemente da decisão das partes.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

42.2 Programa de Assistência à Saúde

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e dependentes. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente para toda a massa populacional. As obrigações com esse programa também foram calculadas atuarialmente.

42.3 Cálculo Atuarial do Programa de Benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	31.12.2011	31.12.2010
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:		
Valor Presente da Obrigação Atuarial	123.082	91.583
Valor Presente dos Ativos Garantidores	124.521	101.598
Quotas a Compensar - CD	(1.309)	(8.592)
Excesso (Insuficiência) no final do exercício	130	1.423
Ativo de Benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - Paragr. 58	(130)	(1.423)
Ativo (Passivo) Atuarial	-	-

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:		
Obrigações no Início do Exercício	91.583	14.633
Custo do Serviço	9.792	293
Custo dos Juros	2.744	1.452
Benefícios pagos/adiantados	(2.050)	(346)
Aquisição de quotas - Plano CD	19.908	75.634
(Ganhos) ou Perdas atuariais	1.105	(83)
Obrigações no Fim do Exercício	123.082	91.583
Valor justo dos ativos no início do exercício	101.598	14.507
Retorno esperado dos investimentos	13.561	1.618
Contribuições patronais	6.582	307
Contribuições de participantes	6.632	320
Benefícios pagos/adiantados	(2.050)	(346)
Ganhos (ou Perdas) Atuariais	(981)	966
Compensação de quotas	(821)	84.226
Valor justo dos ativos no fim do exercício	124.521	101.598

42.4 Valores Reconhecidos como Resultados dos Exercícios

Os valores reconhecidos diretamente na Demonstração de Resultado, como Outras Despesas ou (Receitas) Operacionais, estão demonstrados abaixo:

VALORES RECONHECIDOS DIRETAMENTE NOS RESULTADOS	31.12.2011	31.12.2010
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO:		
Custo do Serviço (líquido de contribuições de beneficiários)	3.190	(28)
Custo dos Juros	2.744	1.452
Retorno esperado dos ativos financeiros	(13.562)	(1.618)
Total	(7.628)	(194)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

42.5 Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS	31.12.2011	31.12.2010
	HIPÓTESES ECONÔMICAS	
Taxa de anual de juro atuarial real	5,56%	6,00%
Taxa anual de inflação projetada	4,5%	4,5%
Taxa esperada de retorno nos ativos	10,32%	10,77%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100%	100%
HIPÓTESES ATUARIAIS		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

42.6 Ativos Garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios estão assim compostos:

	CONSOLIDADO R\$	%
Valores Disponíveis Imediatos	1.627	0,0%
Realizáveis Previdenciários	2.701.467	2,2%
Investimentos em Títulos Públicos	36.476.755	29,3%
Investimentos em Ações	308.930	0,2%
Investimentos em Fundos	38.563.490	31,0%
Investimentos Imobiliários	2.910.483	2,3%
Empréstimos e Financiamentos	8.313.231	6,7%
Outros	35.788.514	28,7%
(-) Exigíveis Previdenciários	(530.100)	-0,4%
(-) Exigíveis de Investimentos	(13.065)	0,0%
Total	124.521.331	100,0%

NOTA 43 – PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra de energia elétrica e operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do setor elétrico.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	31.12.2011			31.12.2010		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Empréstimos e financiamentos	-	554.831	(50.673)	-	499.063	(34.275)
Eletronorte	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Eletronorte	Cessão de funcionários	5	-	-	64	-	-
Eletrobras	Cessão de funcionários	-	-	-	-	-	-
Eletroacre	Energia comprada	-	-	(1.184)	-	-	(1.414)
Total		5	554.831	(51.857)	64	499.063	(35.689)

b) Remuneração do Pessoal – Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos. O gasto total com a remuneração nos exercícios de 2011 e 2010 está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
Honorários de Diretoria	-	29
Honorários de Conselho	218	229
Encargos Sociais	65	82
Outros	17	37
Total	300	377

NOTA 44 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 286.995, necessitando assim de recursos de longo prazo para fazer frente à sua dívida de curto prazo. A administração adotou medidas visando o equilíbrio econômico-financeiro e a redução de seu endividamento. A Companhia vem envidando esforços no sentido de melhorar a eficiência no fornecimento de energia elétrica com a criação de grupo de trabalho. Durante o exercício de 2011, A Companhia efetuou diversos contratos de empréstimos para cobertura de déficit operacional com a holding Eletrobras, conforme descrito na Nota 18 e espera para o próximo exercício melhorar o fluxo de caixa de suas operações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A insuficiência de capital de giro é suportada pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 45 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Revisão do Tempo de Vida Útil de Bens – Novas Taxas de Depreciação

Em 16 de fevereiro de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 474/2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico, taxas estas adotadas pela Companhia para fins societários, por representar adequadamente a vida útil dos bens.

Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 e trazem mudanças em relação às últimas estimativas de vida útil e taxas de depreciação adotadas até 31 de dezembro de 2011, para o ativo imobilizado em serviço.

A seguir, as principais revisões nas taxas anuais de depreciação:

DESCRIÇÃO - Unidades de Cadastro (UC)	31.12.2011	31.12.2010
CHAVE (DISTR)	6,7%	6,67%
EQUIPAMENTO GERAL	10,0%	6,25%
FIBRA OTICA	4,5%	6,67%
MOTOR DE COMBUSTAO INTERNA	6,7%	6,67%
SISTEMA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA	5,9%	5,88%
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LOCAL	6,7%	6,67%
SISTEMA DE DADOS METEOROLÓGICOS E HIDROLÓGICOS	8,3%	5,88%
SISTEMA DE RADIOCOMUNICACAO	7,1%	6,67%
VEÍCULOS	20,0%	14,29%

A redução estimada nas despesas com depreciação anual será de R\$ 223.

Para a atividade de geração ocorrerá redução na despesa de depreciação, cujo impacto estimado será de R\$ 3, face ao aumento do prazo médio de vida útil ocorrido e reflexo nas taxas de depreciação.

Para a atividade de distribuição ocorrerá redução na despesa de depreciação, cujo impacto estimado será de R\$ 60, face ao aumento do prazo médio de vida útil ocorrido e reflexo nas taxas de depreciação.

Para as atividades de administração e comercialização ocorrerá redução na despesa de depreciação, cujo impacto estimado será de R\$ 160, face ao aumento do prazo médio de vida útil ocorrido e reflexo nas taxas de depreciação.

Como consequência, a redução do resultado societário da Companhia em 2012, e seguintes, será da ordem de R\$ 223, e estão a seguir demonstrados:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2012	DIFERENÇA
GERAÇÃO	77	74	3
DISTRIBUIÇÃO	495	435	60
ADM E COM	1.477	1.317	160
Total	2.049	1.826	223

b) Prorrogação do prazo para implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE)

Conforme estabelecido no Ofício nº 216/2012 – SFF/ANEEL, de 08 de março de 2012, foi prorrogado para 30 de junho de 2013 a implantação do MCPSE para as concessionárias de energia elétrica.

c) Alteração da metodologia de revisão tarifária

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou 07 (sete) dos 08 (oito) processos relativos às regras do 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das tarifas de energia elétrica. O tema foi deliberado na 42ª Reunião Pública da diretoria. A aprovação das novas regras vai contribuir para queda das tarifas dos consumidores à medida que as empresas passarem pela revisão tarifária, no período de 2012 a 2014.

O conjunto de mudanças aprovadas impacta diretamente uma parcela da tarifa, a chamada Parcela B, que reflete os custos relativos à atividade de distribuição, como os custos operacionais e os investimentos. Essa parcela representa de 25% a 30% da conta de energia que chega ao consumidor. A outra parcela (Parcela A) é menos gerenciável pelas distribuidoras e se refere aos custos com compra e transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais. Ainda são incluídos nas faturas dos consumidores o pagamento de taxas, impostos e tributos definidos pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

A próxima revisão tarifária da Companhia será no final do exercício de 2013.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

Manaus – AM, 31 de dezembro de 2011.

MARCOS AURÉLIO MADUREIRA DA SILVA
Diretor Presidente

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Financeiro

LUÍS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor de Gestão

LUIZ ARMANDO CRESTANA
Diretor Comercial

TARCÍSIO ESTEFANO ROSA
Diretor de Geração, Transmissão e
Operação para a Capital

PEDRO MATEUS DE OLIVEIRA
Diretor de Planejamento e
Expansão

RADYR GOMES DE OLIVEIRA
Diretor de Geração e Operação
para o Interior

MARIA SUELY DA SILVA OLIVEIRA
Contadora – CRC – AM 009492/O-2